



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**

CURSO/PERÍODO

DIREITO: 1º PERÍODO - DATA: 17/04/2023

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D



Disciplina: Direito Penal - Parte Geral I
Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Marque a alternativa que corresponda com a fonte formal do direito penal:

- a) a legislação.
- b) os costumes.
- c) doutrina.
- d) o Estado.

Questão 02

“Para a prática de uma única infração penal, deverá haver somente uma punição criminal, impossibilitando a existência de duas ou mais punições. É dizer que ninguém pode ser punido duas vezes pelo mesmo fato.” O texto está referindo a qual dos princípios do direito penal?

- a) do “in dúbio pro reo”.
- b) do “ne bis in idem”.
- c) da culpabilidade.
- d) da efetividade.

Questão 03

No tocante à classificação da Lei Penal, podemos afirmar que existem as que permitem a prática de condutas típicas, ou seja, são as causas de exclusão de ilicitude. Em regra, estão previstas na parte geral do Código Penal. A afirmativa está referindo a:

- a) Normas incriminadoras.
- b) Normas não incriminadoras exculpantes.
- c) Normas não incriminadoras permissivas.
- d) Normas não incriminadoras, Interpretativas.

Questão 04

No tocante às classificações doutrinárias dos crimes, analise as assertivas abaixo e em seguida marque a alternativa que indica a ordem correta das respostas.

I. é o crime que não exige nenhuma qualidade específica do sujeito ativo para sua prática, ou seja, qualquer pessoa pode praticar.

II. é o crime em que sua configuração requer que haja demonstração de que o bem jurídico efetivamente foi posto em perigo.

III. é o crime, cuja realização típica exige mais de um agente.

IV. é o crime que não prevê uma forma específica de realização do núcleo do tipo.

- a) crime comum, crime de perigo abstrato, crime unissubjetivo, crime de forma livre
- b) crime comum, crime de perigo abstrato, crime unissubjetivo, crime de forma vinculada.
- c) crime próprio, crime de perigo abstrato, crime unissubjetivo, crime de forma livre.
- d) crime comum, crime de perigo concreto, crime unissubjetivo, crime de forma livre.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral I
Professor: Esp. Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 05

Jonas do Amor nasceu em Campinas. Com quinze anos mudou-se com seus pais para Sorocaba, onde casou com Sophia das Vidas e teve seu primeiro filho. Após dois anos, Jonas mudou-se para Presidente Prudente, onde nasceu seu segundo filho. Cinco anos após, Jonas descobriu que sua esposa estava sendo infiel e a assassinou dentro de sua residência. Pelo homicídio, Jonas foi processado e condenado, e está cumprindo pena na Penitenciária de Presidente Venceslau. Considerando que os pais de Jonas, sua esposa e filhos estão residindo atualmente na cidade de Itu, de acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio de Jonas será em:

- a) Itu.
- b) Campinas.
- c) Presidente Prudente.
- d) Presidente Venceslau.

Questão 06

A família Silva viajava de ônibus para a cidade de Mossoró quando um grave acidente aconteceu e o ônibus que levava a família colidiu frontalmente com um caminhão. Neste acidente faleceram o casal Fabiano e Carla, bem como a mãe de Carla, Gabriela, o avô de Fabiano, Silvio e a irmã mais velha de Carla, Soraya. Considerando que Gabriela possuía doença crônica no coração e que Carla estava sentada no banco da frente do ônibus, não se podendo averiguar qual dos comorientes precedeu aos outros:

- a) presumir-se-á que Gabriela faleceu primeiro.
- b) presumir-se-á que Silvio faleceu primeiro.
- c) presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- d) presumir-se-á que Carla faleceu primeiro.

Questão 07

Rodrigo é um jovem de 17 anos, casado e estudante do ensino médio. Seu primo Thiago, de 33 anos, vive uma fase difícil na vida após seu divórcio e habitualmente é visto embriagado. Com base na narrativa hipotética e considerando os preceitos do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) acerca da capacidade das pessoas naturais, a alternativa correta é:

- a) Rodrigo e Thiago são capazes.
- b) Rodrigo e Thiago são incapazes.
- c) Rodrigo e Thiago são relativamente incapazes.
- d) Rodrigo é capaz e Thiago é relativamente incapaz.

Questão 08

Em relação à capacidade civil, personalidade jurídica e emancipação, analise as alternativas abaixo, assinalando a correta:

- a) São absolutamente incapazes os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
- b) Na hipótese de emancipação legal pelo casamento, em havendo divórcio, o emancipado perde tal condição, retornando ao seu status quo ante, isto é, torna-se novamente incapaz.
- c) A emancipação voluntária do menor, observados e preenchidos todos os requisitos legais, afasta, de plano, a responsabilidade civil de seus genitores pelos atos cometidos após o processo emancipatório, razão pela qual, havendo acidente de trânsito causado por emancipado, os genitores deste não podem ser compelidos a indenizar civilmente a suposta vítima em razão da ausência de liame jurídico (haftung).
- d) Havendo emancipação do menor, ainda que não inexistir qualquer vício no ato, o emancipado não poderá retirar a Carteira Nacional de Habilitação – CNH, segundo a legislação vigente.

Disciplina: Introdução às Ciências Políticas
Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 09

Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau, o que corrompe e aliena o homem é a propriedade privada e a vida em sociedade, as quais, face à hipocrisia e às aparências, fazem com que o homem viva preso.

Segundo a teoria de Rousseau, o homem natural não precisaria unir-se politicamente a outros indivíduos, mas se vê obrigado a unir-se pela(s):

Escolha uma opção:

- a) Leis da sociedade.
- b) Condição humana.
- c) Falta de recursos.
- d) Crenças e dogmas.

Questão 10

Um dos grandes pontos da filosofia na Idade Média foi o embate entre o poder da Igreja versus o poder da realeza.

As discussões filosóficas do período medieval concentravam o estudo principalmente sobre temas envolvendo:

Escolha uma opção:

- a) Deus, Universo e homem.
- b) Caridade versus privilégios.
- c) Deuses e privilégios.
- d) Reis divinos.

Disciplina: Teoria Geral do Direito
Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 11

Liberté, égalité et fraternité (liberdade, igualdade e fraternidade): esse foi o lema revolucionário francês que, apropriadamente, transformou historicamente o mundo e que, mesmo séculos após a sua criação, vem consagrando a geração dos direitos fundamentais nas mais variadas dimensões. Neste passo, analisando a ideia de gerações de direitos fundamentais e sua ligação com o lema da revolução Francesa, analise as proposições a seguir e marque a INCORRETA:

- a) Os direitos da primeira dimensão, que se ligam à temática da liberdade do famoso lema, e se justificavam como limitadores dos poderes do Estado em respeito às liberdades individuais, abrangendo os direitos civis e políticos.
- b) Os direitos da segunda dimensão dizem respeito à questão da igualdade material e abrangem os chamados direitos sociais, econômicos e culturais.
- c) Os direitos da terceira dimensão estão ligados ao valor fraternidade e se relacionam ao desenvolvimento ou progresso, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos, bem como o direito de propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade.
- d) Os direitos da quarta dimensão estão ligados ao valor solidariedade e se relacionam com a falta de equidade e ao posicionamento do Estado e do Direito com indutores da geração de oportunidades especiais tendentes a satisfação de necessidade primárias do cidadão.

Questão 12

Em relação aos pontos de aproximação entre o Direito e a moral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os valores morais não fornecem o conteúdo, sentido e significação das regras jurídicas.
- b) Tanto o Direito como a moral são fenômenos culturais, vale dizer, têm a mesma gênese cultural essencialmente humana.
- c) A moral inspira o Direito, desde a sua criação, interpretação, até culminar em seu fim, com sua aplicação ao caso em concreto.
- d) O Direito é uma opção moral, não se podendo permitir que tenha sido criado para praticar injustiças – mas se isto acontecer, somente foi possível perceber justamente porque se afigura uma antítese ao seu escopo maior, qual seja o de trilhar os caminhos da justiça.

Questão 13

A doutrina clássica da coação como força legítima do Estado está assentada em três características elementares: heteronomia, bilateralidade e imperatividade atributiva. A par desta afirmação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O termo heteronomia foi cunhado por KANT para explicar a sujeição de um indivíduo à vontade de outro ou de uma coletividade, que se opõe à ideia de autonomia, onde a pessoa exerce, com liberdade, a sua vontade.
- b) A bilateralidade é oriunda das lições de DEL VECCHIO, para quem o Direito oferta determinações bilaterais e concatenadas aos indivíduos: criam uma possibilidade a um sujeito e aos outros impõem uma necessidade.
- c) A imperatividade atributiva é propugnada por LEON PETRAZYCKI, no sentido de que somente o Direito está estruturado para exigir, forçadamente, o cumprimento de uma obrigação prevista no ordenamento jurídico.
- d) A força do Direito é a expressão da vontade ordinariamente do Estado e chancelado pelo Parlamento, daí se afirmar que é legítima, pressupondo a aceitação das normas que refletem a tradição cultural do Soberano ou decorrem da produção legislativa destes mesmos Soberanos, por meio de decretos e éditos.

Disciplina: Direito Constitucional I Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 14

Juridicamente, pode-se conceituar a Constituição como a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas relativas à sua estruturação, à formação dos poderes públicos, às formas de governo e à aquisição do poder de governar, distribuição de competências, direitos, garantias e deveres dos cidadãos. Assim, no que diz respeito à sua classificação,

- a) as constituições, quanto ao conteúdo, podem ser materiais e formais, sendo que aos materiais constituem o conjunto de regras consubstanciadas de forma escrita, por meio de um documento solene, estabelecido pelo poder constituinte originário.
- b) as constituições, quanto à origem, podem ser promulgadas e outorgadas.
- c) as constituições outorgadas são naquelas que derivam do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte composta de representantes do povo, eleitos com a finalidade de sua elaboração.
- d) as constituições são imutáveis, nas quais se proíbe qualquer alteração, e a Constituição Federal de 1988 é considerada como desta espécie de classificação.

Questão 15

Assinale a alternativa que define corretamente uma Constituição rígida.

- a) Constituição rígida é aquela elaborada e outorgada por um determinado governante e sem a participação popular.
- b) Constituição rígida é aquela alterável somente por procedimentos especiais e solenes, diferentes daqueles exigidos para a elaboração da legislação complementar ou ordinária.
- c) Constituição rígida é aquela originada de um órgão formado por representantes do povo, especialmente eleitos para a correspondente elaboração.
- d) Constituição rígida é aquela aperfeiçoada por escrito e por um órgão constituinte específico, a definir os dogmas fundamentais da política e do direito dominantes em determinado momento.

Questão 16

As normas contidas no ADCT são consideradas normas:

- a) constitucionais, porém não podem excepcionar as regras estabelecidas no corpo principal da Lei Maior.
- b) constitucionais, e podem excepcionar as regras estabelecidas no corpo principal da Lei Maior.
- c) infraconstitucionais, possuindo a mesma hierarquia das leis complementares.
- d) infraconstitucionais, possuindo a mesma hierarquia das leis ordinárias.

Questão 17

Assinale a alternativa correta.

- a) As Constituições retiram certas decisões fundamentais do âmbito das disposições das maiorias. Todavia não são elas eternas e imutáveis e devem periodicamente serem alteradas pela via formal, cujo processo se manifesta pela denominada mutação Constitucional.
- b) A mutação Constitucional – fenômeno de adaptação às novas exigências de seu tempo – implica a manutenção da estrutura formal, mas com alteração dos signos linguísticos.
- c) A mutação Constitucional pela via formal constitui-se em mecanismo adequado de alteração da constituição, sob pena de violação ao princípio democrático.
- d) A mutação Constitucional está ligada à plasticidade de que dotadas certas normas constitucionais, que implica, que sem que se recorra a mecanismo constitucionalmente previsto, na possibilidade de alteração de significado, sem alteração do signo linguístico, condicionada a lastro democrático – demanda social efetiva, – estando, portanto, fundada na soberania popular.

Disciplina: Direito do Consumidor

Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 18

Assinale a alternativa em que a definição de consumidor ou de fornecedor encontra-se correta, de acordo com a Lei n.º 8.078/90.

- a) Consumidor é sempre a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas determináveis que haja intervindo nas relações de consumo.
- c) Fornecedor é toda pessoa jurídica privada que desenvolve atividade de comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- d) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Questão 19

Sobre o conceito de consumidor, marque a alternativa CORRETA:

- a) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as pessoas expostas às práticas comerciais abusivas equiparam-se a consumidores, ainda que indetermináveis.
- b) As pessoas vítimas de produto defeituoso podem ser equiparadas a consumidor, todavia não receberão o tratamento do Código de Defesa do Consumidor, que possibilita, entre outras coisas, a inversão do ônus da prova.
- c) O conceito de consumidor, consoante a Lei 8.078/90, engloba exclusivamente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- d) Equipara-se o consumidor a qualquer pessoa que, não sendo destinatário final, tenha adquirido produto com vício de qualidade.

Questão 20

Sobre o princípio da vulnerabilidade e correto afirmar que:

- a) O fornecedor de produto ou serviço pode ser considerado vulnerável em relação ao consumidor no mercado de consumo;
- b) O princípio da vulnerabilidade do consumidor não está positivado no Código de Defesa do Consumidor, ele é uma construção doutrinária que foi utilizada pelo Superior Tribunal de Justiça para fundamentar as decisões judiciais favoráveis aos consumidores;
- c) A pessoa jurídica que adquire produtos no mercado de consumo não pode alegar vulnerabilidade técnica;
- d) Nem todo consumidor é hipossuficiente, mas sempre será vulnerável. A hipossuficiência é auferida casuisticamente e gera consequências processuais, já a vulnerabilidade é presumida e produz consequências de direito material.

Questão 21

A Lei 8.078/1990 define os elementos que compõem a relação jurídica de consumo, em seus artigos 2º e 3º, elementos subjetivos, consumidor e fornecedor; elementos objetivos, produtos e serviços.

Dado esse contexto, avalie as proposições a seguir:

- I) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- II) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- III) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- IV) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

Está(ão) CORRETA(S):

- a) Apenas as proposições I, III e IV.
- b) Apenas as proposições II e III.
- c) Todas as proposições.
- d) Apenas a proposição I.

Disciplina: Ética Geral e Profissional
Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 22

O advogado Francisco Campos, acadêmico respeitado no universo jurídico, por solicitação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados, realizou estudos e sugestões para a alteração de determinado diploma legal.

Sobre a atividade realizada por Francisco Campos, assinale a afirmativa correta.

Alternativas

- a- A contribuição de Francisco dá-se como a de qualquer cidadão, não se configurando atividade da advocacia, dentre as elencadas no estatuto da advocacia e da OAB.
- b- É vedada ao advogado a atividade mencionada junto ao poder legislativo.
- c- A referida contribuição de Francisco é autorizada apenas se Francisco for titular de mandato eletivo, hipótese em que, no que se refere ao exercício da advocacia, ele estará impedido.
- d- Enquanto advogado, é legítimo a Francisco contribuir com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos poderes da república.

Questão 23

João é estagiário de Direito. É vedado a João praticar isoladamente – isto é, sem atuar em conjunto com o advogado ou o defensor público que o supervisiona – o seguinte ato:

Alternativas

- a - assinar petições de juntada de documentos a processos judiciais.
- b - obter junto aos escrivães e chefes de secretarias certidões de peças de processos em curso.
- c - comparecer à prática de atos extrajudiciais, sem autorização ou substabelecimento do advogado.
- d - retirar e devolver autos em cartório, assinando a respectiva carga.

Questão 24

Anderson, advogado, decidiu renunciar ao mandato outorgado por Adriana. Nessa hipótese, segundo o Estatuto da Advocacia e da OAB, é correto afirmar que Anderson continuará a representar Adriana por

Alternativas

- a - 10 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.
- b - 15 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que Adriana constitua novo advogado antes desse prazo.
- c - 15 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.
- d - 10 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se Adriana constituir novo advogado antes desse prazo.

~~~~~

**“Quando existe determinação, os sonhos se tornam visões do futuro”.**